

**Anúncio n.º 5327/2008****Processo: 958/08.1TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: João Neto, Lda

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 06-08-2008, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

João Neto, Lda, NIF — 500150222, Endereço: Trav. Chafariz das Terras, 11 A, Lisboa, 1200-630 Lisboa, com sede na morada indicada. São administradores do devedor:

Maria José Lucas Duarte Jacinto, Endereço: Rua Padre Manuel Duarte, Lote C — 1.º Esq., 2625 Póvoa de Santa Iria, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Manuel Luís Coelho Albuquerque, Endereço: Passeio das Garças, Bloco 2-A — 4.º B, 1990-395 Moscavide.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i), do artigo 36.º, CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º, do CIRE.

É designado o dia 13-10-2008, pelas 14:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º, do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42.º, do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1, do artigo 9.º, do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatório a constituição de mandatário judicial.

8 de Agosto de 2008. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *A. Barata*.

300638412

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA****Anúncio n.º 5328/2008****Processo: 512/06.2TBLS-D — Prestação de contas administrador (CIRE)**

A Dr.ª Maria Idalina Jardim, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Supermercado Mercobabo Fernanda e Filha-Unipessoal, Lda., NIF — 506207153, com sede na Rua José Freire, Senhora da Aparecida, Torno, Lousada, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n1 do CIRE)

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

25 de Julho de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Idalina Jardim*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Manuel da Trindade Bento*.

300601054

**Anúncio n.º 5329/2008****Processo: 577/05.4TBLS-D — Insolvência de pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: LOUSAGESSOS — Actividade de Acabamentos da Construção, Lda

Credor: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e outro(s).

**Encerramento de Processo**

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: LOUSAGESSOS — Actividade de Acabamentos da Construção, Lda., NIF — 503662488, com sede no Lugar do Jogo, freguesia de Pias, concelho de Lousada.

Administradora da Insolvência: Dr.ª Cláudia Sousa Soares, Endereço: Rua D. Afonso Henriques. 564 — 2.º Dt.º Frente, 4435-006 Rio Tinto.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência da massa insolvente.

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

30 de Julho de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Idalina Jardim*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Manuel da Trindade Bento*.

300630255

**3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS****Anúncio n.º 5330/2008****Processo: 819/06.9TBOAZ-L — Prestação de Contas (Liquidatário)**

Administrador Insolvência: Teresa Alegre

Insolvente: Anglo Recto — Acessórios e Sistemas de Alumínio, L.da e outro(s)...

O Dr. Juiz de Direito de Turno, faz saber que são os credores da Insolvente supra identificada, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.)

18 de Julho de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Eugénia Martins Pedro*. — O Oficial de Justiça, *Manuela Costa*.

300583957

**Anúncio n.º 5331/2008****Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 3440/07.0TBOAZ**

Insolvente: Manuel Joaquim da Silva &amp; Costa, L.ª

**Convocatória de Assembleia de Credores**

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Manuel Joaquim da Silva & Costa L.ª, NIF 500701288, Endereço: Rua da Toca, Vila Chã, 3720-735 São Roque.

Administrador da Insolvência: Manuel Casimiro Duarte Bacalhau, Endereço: Av.ª da Liberdade, 635, 1.ª E, 3700-166 S. João da Madeira.

ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 10-09-2008, pelas 10:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do Plano de Insolvência.

Fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação,

de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

28 de Julho de 2008. — A Juíza de Direito, *Carla Couto*. — O Oficial de Justiça, *Lurdes Castro*.

300596196

### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

#### Anúncio n.º 5332/2008

#### Processo: 1233/08.7TBPNF — Insolvência de pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Marisa Susana Pinto Pereira Meireles da Costa  
Insolvente: Soc de Construções Santos e Filhos Lda

#### Convocatória de Assembleia de Credores

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Soc de Construções Santos e Filhos Lda, NIF — 502422750, Endereço: Loureiro, Rans, 4560 Penafiel

João Fernandes de Sousa, Endereço: Rua de Matadouços, Fermentões — Apartado 461, 4800-000 Guimarães JoãoFernandesSousa@mail.telepac.pt

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 18-09-2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

30 de Julho de 2008. — A Juíza de Direito, *Cristina Lavandeira*. — O Oficial de Justiça, *Fernando Morais*.

300606214

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

#### Anúncio n.º 5333/2008

#### Processo: 429/08.6TBPBL Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Cláudia Maria Ferreira Batista  
Devedor: Carpintaria de Abiúl, Ld.ª

#### Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados

No 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Pombal, no dia 03-07-2008, às 10h45m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Carpintaria de Abiúl, Ld.ª, NIF — 504153927, Endereço: Parque Industrial de Abiúl, Lote 10, Abiúl, 3100-000 Pombal, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.ª Paula Maria Carvalho Ferreira, Endereço: Rua Júlio Maia, 3, 2.º, Apartado 136, 3781-909 Anadia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36, do CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

Requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nome-

ado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 19-09-2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

5 de Agosto de 2008. — A Juíza de Direito, *Ana Cláudia Cáceres*. — O Oficial de Justiça, *Adosinda da Luz G. D. Ferreira*.

300625906

### 4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTA DELGADA

#### Anúncio n.º 5334/2008

#### Processo: 2044/08.5TBPDL Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

#### Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Ponta Delgada, 4.º Juízo de Ponta Delgada, no dia 01-08-2008, 17:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Suma Comunicação Merchandising, Ld.ª, NIF — 512029490, Endereço: Rua de Água n.º 48, 9500-000 Ponta Delgada, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Maria Adelaide da Silva Rodrigues Nunes Alberto, Endereço: Rua Prof. António Joaquim das Neves, n.º 33-2.º, 2735-234 Cacém